



ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF - SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 15ª e 16ª SR E DISTRITO FEDERAL.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2024

NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 51.552.005/0001-68, inscrição estadual – 2006050-70, com sede na Av. Segunda Avenida, Qd. 1B, Lt. 48 E, Ed. Montreal Office, salas 905 e 906, Cidade Vera Cruz - Cond. Empresarial Village, Aparecida de Goiânia-Go, CEP: 74.934-605, neste ato representado pelo seu representante que ao final assina, vem, TEMPESTIVAMENTE, à presença de Vossa Senhoria, conforme dispõe na Lei 14.133/2021 em seu artigo 165, inciso I, alínea "c" e § 1º, inciso I, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ante a decisão do (a) Senhor (a) Pregoeiro (a) que declarou vencedora e habilitou a empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA.**, CNPJ 14.707.364/0001-10, arrimando-se nas seguintes razões de fato e direito:

Av. Segunda Avenida, Qd. 1B, Lt. 48 E, Ed. Montreal Office, salas 905 e 906, Cidade Vera Cruz - Cond. Empresarial Village, Aparecida de Goiânia-Go, CEP: 74.934-605
Fone: (62) 3588-1486



DA TEMPESTIVIDADE

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso XXXIV, da Carta Maior, garante a todos, independentemente do pagamento de taxas, direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Preliminarmente, salienta-se que nos termos do inciso XVII, artigo 4º da lei 10.520/2002 cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias da decisão que declare vencedor em pregão.

Conforme dispõe na Lei 14.133/2021 em seu artigo 165, inciso I, alínea "c" e § 1º, inciso I.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

(...)

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

(...)

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:



I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO

O presente certame tem por objeto o fornecimento, transporte, carga e descarga de Retroescavadeira, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco (15ª/SR), Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais (16ª/SR) e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens, conforme descrito no Anexo I do Edital nº 90018/2024.

Na fase de lances, a empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA.**, ora Recorrida, foi declarada vencedora dos Itens 04,05,06,07,09 e 10 cujo quantitativo é de 62 (sessenta e duas) unidades de Escavadeiras Hidráulicas, cujo valores unitários são diversos.

Apesar de ter sido declarada vencedora, a **XCMG** foi indevidamente habilitada, uma vez que infringiu de forma flagrante as regras editalícias.



Conforme se verifica, a **Recorrida encontra-se impedida de licitar e contratar com a Administração Pública**, o que configura uma clara violação dos preceitos legais e editalícios aplicáveis ao certame.

O disposto no **item 3.8, "b"** do edital é claro ao vedar a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso, bem como aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção. Essa restrição objetiva assegurar a regularidade do certame e a integridade das contratações públicas.

O **Item 10.1.1** do edital estabelece que, como condição para a habilitação do vencedor, deve ser realizado o exame da documentação do licitante cuja proposta foi classificada em primeiro lugar. Nesse sentido, cabendo ao Pregoeiro verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente no que diz respeito à **existência de sanção que impeça a participação no certame** ou a futura contratação.

Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro deverá inabilitar o licitante, considerando a ausência de condição de participação, conforme previsto no **Item 10.1.3** do edital. Tal medida visa garantir a conformidade do certame com as regras estabelecidas e assegurar a integridade do processo licitatório.

Conforme se verifica na documentação anexa, a **XCMG** está impedida de licitar. Em consulta realizada junto ao **Portal de Transparência do**

Av. Segunda Avenida, Qd. 1B, Lt. 48 E, Ed. Montreal Office, salas 905 e 906, Cidade Vera Cruz - Cond.
Empresarial Village, Aparecida de Goiânia-Go, CEP: 74.934-605
Fone: (62) 3588-1486



NOVOHORIZONTE

Tribunal de Contas da União, constatou-se que a Recorrida possui uma inscrição referente a uma sanção aplicada pela **Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo**. Vejamos:

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Suspensão (04/09/2025) - SEC DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS-ES
/>Suspensão (04/09/2025) - Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER (ES)
Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Da mesma forma, o referido impedimento consta no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, confirmando a restrição à participação da empresa no certame. Vejamos:



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.707.364/0001-10 DUNS®: 90*****32
Razão Social: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA
Nome Fantasia: XCMG BRASIL INDUSTRIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 20/11/2024
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Consta

Av. Segunda Avenida, Qd. 1B, Lt. 48 E, Ed. Montreal Office, salas 905 e 906, Cidade Vera Cruz - Cond.
Empresarial Village, Aparecida de Goiânia-Go, CEP: 74.934-605
Fone: (62) 3588-1486



Portanto, a Recorrida, ciente de sua inaptidão para participar de processos licitatórios e, conseqüentemente, para ser habilitada no presente certame, deliberadamente se cadastrou com o intuito de obter vantagem indevida sobre os demais licitantes e ludibriar esta comissão licitatória.

O impedimento de participar de licitações, decorrente de sanção aplicada por um órgão da Administração Pública, torna a **XCMG** inapta para o pregão eletrônico em questão. Ao se inscrever no certame, mesmo conhecendo sua inaptidão, comprova a má-fé da empresa, configurando uma flagrante infração ao instrumento convocatório.

Assim sendo, a **XCMG** deve ser imediatamente desclassificada e desabilitada, pois não preenche os requisitos básicos para participação no presente certame, caracterizando, assim, flagrante descumprimento do edital. Ademais, a Recorrida deverá ser submetida às sanções previstas no edital por ter induzido esta comissão licitatória a erro, em evidente má-fé.

FUNDAMENTOS JURÍDICOS

I - DA OBRIGAÇÃO AO RESPEITO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO



NOVOHORIZONTE

Consoante é de pleno conhecimento, as disposições contidas no edital vinculam não apenas os participantes, mas também a própria Administração Pública, de modo que nenhum de seus atos pode contrariar os regramentos que ela mesma estabeleceu. Assim, ao estabelecer diversos requisitos e exigências a serem cumpridos pelas empresas licitantes, a legislação determina que qualquer conduta que não respeite tais condições configura um nítido descumprimento do edital, violando explicitamente os artigos 3º e 41 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
(...)

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Registra-se que este mesmo princípio também consta disposto na NOVA lei de licitações (14.133/2021), conforme indica o seu artigo 5º:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da



moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Assim sendo, nos procedimentos licitatórios, o que está exposto e estabelecido no edital deve ser estritamente cumprido por todos os participantes. Essa lógica está substantiada pelo princípio da vinculação do instrumento convocatório, que assegura a obrigatoriedade do cumprimento das normas editalícias por parte de todos os envolvidos no certame.

Uma vez que o critério foi formalmente estabelecido no edital, a Administração não pode desconsiderá-lo de forma arbitrária. Tal conduta contraria os princípios da moralidade, da boa-fé, da isonomia e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, comprometendo a lisura e a legitimidade do processo licitatório.

Referente a tal princípio, o professor Matheus Carvalho conceitua que:

“O edital é a “lei” interna da licitação, e deve definir tudo o que for importante para o certame,



vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância. Hely Lopes Meirelles³ já dispunha que "o edital é a lei da licitação", Sendo assim, pode-se dizer que o instrumento convocatório estabelece normas que obrigam os licitantes, bem como a própria Administração Pública, inclusive no que tange ao critério de escolha do vencedor a ser utilizado nas licitações."

Deste modo, conforme já elucidado no tópico das razões, a empresa indicada como vencedora descumpriu uma exigência do edital em questão, uma vez que se encontra impedida de licitar e contratar com a Administração Pública. Tal conduta contraria os itens 3.8, alínea "b", e 10.1.11 do Instrumento Convocatório, o que, naturalmente, inviabiliza sua vitória e habilitação no presente feito.

Nesse sentido, constata-se que o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório deve ser rigorosamente observado pela Administração Pública em seus processos licitatórios, com o intuito de se obter um resultado que esteja em conformidade com as disposições legais.

Ao analisarmos o entendimento dos Tribunais brasileiros, incluindo o Tribunal de Contas de Pernambuco, observamos a homogeneidade das conclusões aqui expostas, a saber, que é dever da Administração respeitar as normas contidas no instrumento convocatório. Vejamos, a seguir, alguns julgados que corroboram essa afirmação:

TRF-4



ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSITIVO. A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da Administração, impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpra as exigências previamente estabelecidas no ato normativo. Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas. Decisão mantida. agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AG: 50035356220214040000 5003535-62.2021.4.04.0000, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 14/07/2021, QUARTA TURMA)

TCE-MG

DENÚNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL - ALIENAÇÃO DE VEÍCULO - CONVITE - COMBINAÇÃO DE MODALIDADES LICITATÓRIAS - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - JULGA-SE IRREGULAR A LICITAÇÃO - APLICA-SE MULTA AOS GESTORES - FAZEM - SE RECOMENDAÇÕES AOS RESPONSÁVEIS 1) O edital de Convite n. 001/2009 mesclou elementos da modalidade convite e leilão, em que neste último é possível propostas múltiplas e somente públicas e de amplo conhecimento; enquanto que no primeiro reside a regra do menor preço e proposta única. 2) O

princípio da vinculação ao instrumento convocatório quando ultrajado pode ensejar a nulidade do procedimento, conforme lição da melhor doutrina. 3) Julga-se irregular o procedimento licitatório e aplica-se multa aos responsáveis. (TCE-MG - DEN: 783490, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 07/11/2013, Data de Publicação: 08/07/2014)

TCE-PE

INTEIRO TEOR DA DELIBERAÇÃO 68ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA REALIZADA EM 10/10/2017. PROCESSO TCE-PE Nº 1729210-4 O que se constata da narração dos fatos efetuada pela Representante, suportada em documentos comprobatórios, é que o Pregoeiro da Prefeitura de Tamandaré não só desrespeitou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório — descumprindo exigência editalícia que, destaque-se, interfere no universo de interessados que acodem ao chamamento do certame —, como feriu frontalmente o princípio constitucional da igualdade de condições a todos os concorrentes. (...) CONSIDERANDO que tal proceder fere frontalmente o princípio constitucional da igualdade, comprometendo, inclusive, a impessoalidade que deve reger todos os atos praticados pelos agentes públicos no transcorrer das licitações públicas; CONSIDERANDO que, de acordo com as informações constantes nos autos, já houve a adjudicação do objeto à empresa que descumpriu as exigências editalícias, havendo perigo iminente de a Administração Municipal de Tamandaré celebrar o contrato, fato que caracteriza o periculum in mora necessário à expedição da tutela requerida; CONSIDERANDO os termos do artigo 18 da Lei Estadual Nº 12.600/2004, regulamentado pela Resolução TC



Nº 029/2016; Voto pelo REFERENDO da Medida Cautelar expedida monocraticamente, determinando que a Prefeitura Municipal de Tamandaré se abstenha de praticar qualquer ato relativo ao Pregão Presencial/Registro de Preços Nº 007/2017, até deliberação ulterior deste Tribunal. (TCE-PE 17292104, Relator: CONSELHEIRA TERESA DUERE, PRIMEIRA CÂMARA, Data de Publicação: 16/10/2017,29/01/2018)

Pois bem. É clarividente que a ora Recorrida descumpriu as exigências contidas no Instrumento Convocatório em questão.

A questão aqui suscitada refere-se ao dever da Administração de cumprir os princípios basilares que regem o Direito Administrativo. Nesse sentido, o certame deve ser conduzido em conformidade com as normas estabelecidas, sob pena de comprometer, inclusive, a segurança jurídica.

Portanto, resta evidente que a empresa Recorrida descumpriu as normas estabelecidas no Instrumento Convocatório, o que inviabiliza sua vitória no certame. Assim, conclui-se que a classificação da referida empresa deve ser revista, uma vez que está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

II - DAS MEDIDAS JUDICIAIS E DO TRIBUNAL DE CONTAS



A decisão que declarou a empresa Recorrida como vencedora é flagrantemente ilegal e deve ser revista; caso contrário, comprometerá a lisura deste processo licitatório.

A Recorrente apresenta os apontamentos acima com o intuito de evitar que esta Administração cometa irregularidades no âmbito do processo licitatório. Seu objetivo é assegurar a legalidade e a transparência do certame, razão pela qual se interpõe o presente recurso.

Ademais, a Recorrente não pretende, nem deseja, paralisar o processo por meio de medida judicial ou representação perante o Tribunal de Contas da União. Contudo, caso a questão não seja resolvida administrativamente, a demandante não hesitará em recorrer ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas para assegurar o cumprimento dos ditames legais.

Reitere-se que esse não é, nem nunca foi, o objetivo da Recorrente, tampouco se trata de um meio para coagir este estimado Órgão. Trata-se apenas de uma comunicação de que os direitos serão reivindicados, caso não haja provimento do presente recurso.

Isso se deve ao fato de que se tem admitido, em larga escala, a discussão de matérias dessa natureza por meio de **MANDADOS DE SEGURANÇA**, em razão da flagrante violação de direito líquido e certo da licitante.



NOVOHORIZONTE

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, respeitosamente e ante a fundamentação supra, requer-se que seja dado provimento ao presente Recurso Administrativo, no intuito de reformar a decisão que habilitou e declarou a empresa **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA** como vencedora/arrematante dos Itens 04,05,05,07,09 e 10 do Pregão Eletrônico nº 90018/2024, ante ao seu impedimento de participar de licitações e contratar com a Administração Pública.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Goiânia, 14 de outubro de 2024.

NOVO HORIZONTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 51.552.005/0001-68

Av. Segunda Avenida, Qd. 1B, Lt. 48 E, Ed. Montreal Office, salas 905 e 906, Cidade Vera Cruz - Cond.
Empresarial Village, Aparecida de Goiânia-Go, CEP: 74.934-605
Fone: (62) 3588-1486